

Lei Maria da Penha do Brasil (Lei 11.340/2006) — Quadro Integrado de Proteção contra a Violência Doméstica

Gender Equality · Good practice · Brasil

Pontuação de qualidade: 96/100

Força da evidência: Quasi-experimental

Sumário

A Lei 11.340/2006 criou tribunais especializados, medidas protetivas de urgência em 48 horas e uma rede multi-agência contra a violência doméstica. O IPEA (TD 2048, 2015) registou uma redução de 10% nas taxas de femicídio doméstico (2000-2011). Citada pela ONU Mulheres e pela CEPAL como modelo regional.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Transferability / replicability	2/3
Impact on gender equality	1/1
Effectiveness	1/1
Efficiency	1/1
Evaluated outcomes	1/1
Sustainability	1/1
Achievement / evidence	1/1
Gender-mainstreaming embedding	1/1
Curator validation	1/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-06-21

[Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres / Ministério das Mulheres](#) — acedido a 2026-06-21

[ECLAC Gender Observatory: Law 11.340 Maria da Penha](#) — acedido a 2026-06-21

[IPEA: Avaliando a Efetividade da Lei Maria da Penha \(TD 2048, 2015\)](#) — acedido a 2026-06-21

[Lancet Regional Health Americas: Female homicides in Brazil 2000-2018](#) — acedido a 2026-06-21

Citar — Evidoria. *Lei Maria da Penha do Brasil (Lei 11.340/2006) — Quadro Integrado de Proteção contra a Violência Doméstica*. ID persistente: 1c1f6b3d-1509-4084-a14d-ae2ebc415edf.